



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**12/08/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DECISÕES.....	2 - 5
2.2. SEM ASSUNTO.....	6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7
3.2. DESEMBARGADORES.....	8
3.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
3.4. SEM ASSUNTO.....	10

## Com saúde

Nomeado e empossado, o desembargador Ricardo Duailibe cuidará agora da saúde.

Afirmou à coluna que aproveitará os cerca de 30 dias que terá antes da posse solene para reorganizar a sua vida - pois até então atuava como advogado - que fará um check-up.

- Todo ano faço um check-up para avaliar a minha saúde. Como terei todo esse tempo, vou aproveitar e refazer alguns exames. Tenho de manter a saúde - disse.

# **Assembleia vai discutir PEC do Orçamento Impositivo**

Deputado estadual Othelino  
Neto (PPS) vai apresentar  
proposta semelhante à  
que tramita no Congresso  
Nacional. Projeto visa  
pagamento de Emendas  
Parlamentares de forma  
obrigatória.  
**POLITICA 2**

LEGISLATIVO

# Emendas garantidas

Seguindo tendência do Congresso Nacional, parlamentar vai apresentar proposta que obriga o Executivo a pagar as emendas estipuladas anualmente

MARCUS SALDANHA

**D**iscussão antiga pelo orçamento e emendas parlamentares impositivas volta a ser objeto de discussão na Assembleia Legislativa. O deputado estadual Othelino Neto (PPS) afirma que hoje começa a coleta de assinaturas para dar entrada na Mesa diretora da PEC do Orçamento Impositivo. Para oposição, a aprovação da matéria na Câmara Federal, e por efeito cascata, também no parlamento estadual, representa independência e autonomia do Legislativo. Deputados governistas dizem que não se opõem à aprovação da PEC, e o secretário de Articulação Política, Hildo Rocha (PMDB), afirma que, se aprovada no Congresso Federal, os 32 deputados da base governistas não votarão contra Emenda.

"Para que não seja inconstitucional, temos que aguardar a Constituição Federal que está sendo mudada. Esse processo na Assembleia é salutar e legítimo. Mas é necessário esperar a mudança federal. Isso ocorrendo, o estado vai cumprir integralmente e não vai pedir aos deputados estaduais da sua base, que são 32, para votarem contra", revela Hildo Rocha, que também revela acreditar na aprovação da Emenda e afirma ainda que, se

aprovada, o estado cumprirá a mudança.

Para o autor da Proposta de Emenda Constitucional, Othelino Neto, a ideia é fazer uma PEC baseada na que está tramitando no Congresso, criando o Orçamento Impositivo e, em particular, tratando das emendas parlamentares. "O grande ganho disso é que acaba com essa relação não republicana de que o Executivo só libera emenda se o parlamentar votar os projetos do governo e as emendas não foram criadas para isso", defende o parlamentar, para quem o Legislativo tem que ter independência.

"Nossa proposta é que as emendas sejam liberadas para todos, independente da posição que tenham em relação ao Executivo. Hoje beneficiaria a bancada de oposição, mas amanhã o governador poderá ser do nosso campo e quem não for aliado será também beneficiado", acrescenta o autor da PEC, para quem o mais importante não é o benefício individual do deputado, mas que, com essa relação mais independente da Assembleia com o Executivo, a sociedade ganhe, já que a Assembleia terá mais condições de cumprir seu papel de fiscalizar.

Othelino informa que a PEC está praticamente pronta e que amanhã ele começará a coleta das 22 assinaturas necessárias para

protocolar a PEC na Mesa Diretora e fazer a tramitação normal. Sobre a aprovação da proposta, Othelino disse já ter conversado com os parlamentares. "Pelo que conversei com os colegas, não vi nenhuma manifestação contrária, mas tem que ver qual será a posição do governo. Acho que será aprovada", conta.

## Posicionamento

Para o líder da oposição na Assembleia, deputado Rubens Pereira Jr. (PCdoB), a questão já está sendo discutida pelos parlamentares. "Estamos discutindo a emenda impositiva, não é o orçamento todo, que representa uma importante vitória do Poder Legislativo no rumo da independência em relação ao Executivo", explica o deputado, que se queixa de não ter suas emendas liberadas por ser da oposição. "Com a aprovação no Congresso Nacional, acho que isso terá um efeito cascata imediato e, no Maranhão, podemos representar a emenda impositiva e o Executivo será obrigado a cumprir", finaliza o deputado, destacando que a PEC tanto a nível federal, quanto estadual, será um importante passo na valorização do Executivo e equilíbrio de poderes.

Para o deputado governista Magno Bacelar (PV), o Orça-

mento Impositivo é importante e defende a mudança no Maranhão também. "Porque vejo que no Congresso Nacional os que são eleitos e querem levar investimentos para suas bases precisam da liberação para que não fiquem de pires nas mãos pedindo ao governo federal para liberar suas emendas. É uma decisão a nível federal. Aqui no Maranhão, eu também defendo", conta o deputado, que defende ainda que a governadora Roseana Sarney já vem praticando o Orçamento Impositivo quando vem trabalhando com todos os municípios e todos os deputados, tanto da situação, quanto da oposição.

Já para o deputado Neto Evangelista (PSDB), a questão do orçamento ser impositivo é um avanço para o país. "Não é a emenda do parlamentar a ser impositiva, é todo um orçamento. Isso vai obrigar que os governos façam verdadeiros planejamentos para ser executados no Brasil", destaca o deputado, que ainda aponta que o que acontece hoje é que as peças orçamentárias são fictícias, vêm para o Legislativo, são aprovadas e o governo executa como bem entende.

O tucano ainda denuncia a questão de, às vezes, até questões políticas mudarem o orçamento já previamente agendado. "Em relação às emendas parlamen-

tares, beneficia também porque vai acabar com aquele jogo da troca do voto do parlamentar para projetos de interesses do executivo ao correr a votação de acordo com a liberação de emendas", frisa o deputado, que acredita que a mudança vai colaborar muito para a democracia do país e para aquilo que a Constituição prega, que é a independência dos poderes que, seguindo ele, hoje não existe.

Sobre a aprovação da PEC na Assembleia, Neto Evangelista afirma que **sendo aprovada no Congresso Nacional a Assembleia também deve votar e aprovar**. "Não sei se vai ter dificuldade, mas não deve haver. Porque estamos discutindo questões de fortalecimento e independência do Legislativo", especula o deputado que parabeniza o autor da PEC pela iniciativa já se antecipando a Câmara Federal.

## Proposta é antiga

O assunto não é novidade alguma e há algum tempo baila aos interesses do Executivo federal ou estadual. Não é incomum a queixa de deputados federais ou estaduais, dependendo da esfera política, usarem a expressão "passar o pires", referente ao ato de implorar, principalmente se for da base oposicionista, a liberação de emendas parlamentares, que são recursos utilizados pelos parlamentares para investimentos em suas bases eleitorais.

No caso do Maranhão, por exemplo, antes do ex-governador Jackson Lago (PDT) ser cassado, o então deputado e atual secretário de Saúde, Ricardo Murad (PMDB) militando no campo da oposição, deu entrada numa PEC para que todas as emendas parlamentares fossem de execução

obrigatória. Porém, no ano que ia ser implementada, Jackson foi afastado do governo e a nova base governista entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a emenda e o TJ do Maranhão declarou a emenda inconstitucional.

Caldas Furtado, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), é um estudioso da questão orçamentária e já se posicionou em relação ao assunto ao dizer que o orçamento se tornará impositivo à medida que for melhor planejado. Porém, o que parece acontecer hoje é que o orçamento é uma peça de ficção que prevê autorização de gastos, mas nem todos os gastos autorizados são efetivamente executados, por isso que as emendas

parlamentares são executadas ou não dependendo da vontade do Executivo.

Especulando sobre a possibilidade de aprovação da PEC de autoria do deputado Othelino Neto, é importante considerar que, além da oposição, a maior interessada atualmente, alguns deputados governistas também devem apoiar a emenda, já que há uma insatisfação, quando nem todos são atendidos em suas emendas. O que não quer dizer que a questão, uma vez aprovada no Congresso Federal, seja aprovada sem alguma dificuldade. O presidente da Assembleia, deputado Arnaldo Melo (PMDB), garante que a Assembleia segue os caminhos do Congresso, mas esta não será tão simples como as anteriores.



É uma decisão a nível federal. Aqui no Maranhão, eu também defendo

**Magno Bacelar, vice-líder do governo na Assembleia Legislativa**



**Deputado Othelino Neto apresenta hoje proposta que visa garantir o pagamento de emenda a parlamentares, independente de posição política**

## Para saber mais

### Sobre o Orçamento Impositivo

*Para virar lei, o projeto que pretende obrigar o Executivo a liberar os recursos de emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento terá de ser aprovado pela Assembleia em dois turnos. Segundo a proposta, o Executivo só poderá bloquear o pagamento das emendas caso tenha determinado previamente o contingenciamento de seu próprio orçamento no mesmo patamar. Ou seja, se o governo congelar 30% de seu orçamento, poderá suspender o pagamento de até 30% das emendas de deputados e senadores.*

## CONGRESSO NACIONAL

# Câmara pode votar PEC do Orçamento Impositivo

IOLANDO LOURENÇO

As prioridades de votações da Câmara na próxima semana são a proposta de emenda à Constituição (PEC), que institui o Orçamento Impositivo para as emendas parlamentares e a conclusão da apreciação dos destaques ao projeto de lei que destina os recursos dos royalties do petróleo para a educação e saúde. Outras propostas também prioritárias, como as que tratam dos crimes hediondos e da minirreforma política, podem ser votadas no decorrer desta semana.

A votação dos destaques ao projeto dos royalties depende da retirada pelo governo das urgências constitucional de três propostas que estão trancando a pauta de votações da Câmara: a proposta do novo Código de Mineração, a anistia de débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para as santas casas de Misericórdia e a criação

da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O governo já sinalizou favorável à retirada da urgência para o Código de Mineração.

Se as urgências forem retiradas, a Câmara poderá retomar as votações nas sessões ordinárias e aí iniciará o processo de votação pelos destaques ao projeto dos royalties para a educação e saúde. Concluída a votação, o projeto será encaminhado à sanção presidencial, uma vez que já foi aprovado pelo Senado. Em seguida, os deputados devem iniciar a votação do projeto de lei que torna crimes hediondos a corrupção e outros crimes envolvendo recursos públicos.

Está marcada para amanhã, à noite, a votação da PEC que institui o Orçamento Impositivo para as emendas parlamentares individuais. A proposta foi aprovada na última terça-feira (6) na comissão especial que analisou o mérito da matéria.

O presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), está conversando pessoalmente com os parlamentares e se empenhando para conseguir que a PEC seja aprovada pela unanimidade dos deputados. Alves poderá inclusive tentar votar os dois turnos da PEC nesta semana, para isso será necessário o apoio dos partidos para quebrar o interstício entre uma e outra votação.

Amanhã, às 14h30, os depu-

tados devem participar de sessão solene para a devolução simbólica dos mandatos dos deputados cassados em 1948. No primeiro semestre, foi aprovada resolução que declara nula a resolução da Mesa da Câmara, de 10 de janeiro de 1948, que extinguiu os mandatos dos deputados do antigo Partido Comunista do Brasil (PCB).

Outro assunto que vai movimentar a Câmara é a decisão em relação ao mandato do deputado Natan Donadon (RO).

## CIDADANIA

# Programa contribuiu para mais de 22 mil paternidades

O Programa Pai Presente completa três anos neste mês. Coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais de Justiça de todo o país, foi criado para incentivar pais que não registraram os filhos. O programa contribuiu para cerca de 22.830 reconhecimentos espontâneos de paternidade desde a criação, em agosto de 2010.

O Pai Presente atende a mães e filhos maiores de 18 anos, que ainda não possuem o nome do pai na certidão, ou pais que desejam registrar seus filhos tardiamente. Para isso é preciso que o interessado procure o cartório de registro civil e dê início ao processo de reconhecimento de paternidade. O cartório en-

tão localiza e intima o suposto pai para que se manifeste sobre a paternidade ou toma as providências necessárias para dar início à ação investigatória.

De acordo com o CNJ, magistrados de todo o país já realizaram 22.887 audiências, com o objetivo de garantir o registro paterno às pessoas que não têm essa informação na certidão de nascimento. Também foram feitos 13.093 exames de DNA, desde o início do programa.

A iniciativa aproveita os 7.324 cartórios com competência para registro civil no país, em localidades onde muitas vezes não há unidade de Justiça ou postos do Ministério Público (MP), para dar início ao processo de reconhecimento de paternidade tardia.

## ***TJMA lança catálogos, carimbo e selo postais nos 200 anos da Corte***

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados nesta terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

Os catálogos fazem parte do "Projeto Memória", cujo objetivo é o levantamento e salvaguarda de todos os documentos do acervo do Tribunal, bem como a recuperação da sua memória histórica. Serão lançados os volumes 3 e 4, que correspondem a autos cíveis da comarca de Viana (1767 a 1888) e cíveis e crimes da comarca de Alcântara (1801 a 1968).

O selo e carimbo postais

comemorativos serão apresentados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com homenagem a personalidades e autoridades que contribuíram para o engrandecimento da Justiça estadual.

As peças são personalizadas e retratam a histórica e a imponente fachada do Palácio Clóvis Beviláqua, sede oficial do Tribunal de Justiça. O carimbo ficará na Agência Central dos Correios de São Luís.

Durante um mês ele será utilizado na carimbação de todas as correspondências postadas na agência, levando a imagem e o nome do Tribunal para todo o Brasil e o mundo. Após esse período, seguirá para o Museu Nacional dos Correios, em Brasília (DF).

A programação comemorativa terá encerramento com a entrega da premiação às estudantes Henriqueta Feitosa Rabelo, 14 anos (Escola Crescimento), e Carla Medeiros dos Anjos, 17 (Colégio Dom Bosco), vencedores do Concurso de Redação sobre os 200 anos do TJMA, que teve como foco foi a importância da missão institucional da Corte na sociedade. *(Da Assessoria de Comunicação do TJMA)*

**DEU NO 'FANTÁSTICO'****Beira-Mar afirma que tem um desembargador fortíssimo no MA**

O programa Fantástico, levado ao ar na noite de ontem, exibiu uma fala do traficante Fernandinho Beira-Mar, em conversa com o também traficante Marcinho VP, onde ele se refere a uma tentativa de presos perigosos virem para o Maranhão. Em um trecho da conversa, Beira Mar diz: "No Maranhão eu tenho fortíssimo lá, um desembargador que era amigo do Tular..." A Rede Globo teve acesso ao conteúdo de uma conversa entre os dois traficantes. Aconteceu no dia 10 de maio, no presídio de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná. ÚLTIMA PÁGINA

**DEU NO 'FANTÁSTICO'****Beira Mar afirma que há presos tentando vir para o Maranhão**

O programa Fantástico, levado ao ar na noite de ontem, exibiu uma fala do traficante Fernandinho Beira-Mar, em conversa com o também traficante Marcinho VP, onde ele se refere a uma tentativa de presos perigosos virem para o Maranhão.

Em um trecho da conversa, Fernandinho Beira Mar diz: "No Maranhão eu tenho fortíssimo lá, um desembargador que era amigo do Tular..."

Beira-Mar: O que eu penso, você saindo daqui para um estadual, já é uma vitória, de lá você conseguiu ir para outro lugar igual o baby...O baby não, o Dinho está tentando ir para o Maranhão.

Marcinho VP: Eu também estou com um "corre" no Maranhão também, minha advogada está fazendo...

A Rede Globo, através da equipe do Fantástico, teve acesso ao conteúdo de uma conversa entre os dois traficantes. Aconteceu no dia 10 de maio, no presídio de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná. Para a polícia, foi

desse encontro entre os bandidos, autorizado pela Justiça, que saiu a ordem para os ataques ao grupo AfroReggae, no Rio de Janeiro.

O encontro do dia 10 de maio entre os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP no presídio de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná, autorizado pela justiça, pode ter relação com os ataques realizados a ONG AfroReggae, no mês passado, como mostrou o Fantástico neste domingo (11).

A "reunião", que foi gravada, recebeu o aval da justiça depois de Beira-Mar reclamar que se sentia muito sozinho. Nela, a dupla comenta a prisão do pastor Marcos Pereira, acusado pelo coordenador da ONG AfroReggae, José Junior, de ter estuprado fiéis.

Os dois dizem que o religioso é inocente e uma frase de Beira-Mar chamou a atenção da polícia: "Foi o Juninho que estava por trás disso. Tinha que mandar um salve lá para ele", disse. "Salve", segundo as investigações, seria um sinônimo de ataque ou represália.

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS****O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO LUIS MARANHÃO, POR DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.**

**F A Z S A B E R** que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO** Construtora Vasconcelos Ltda, na pessoa de seu representante legal, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 7922-22.2012.8.10.0001, que lhe move **MARIA JOSE PEREIRA COSTA**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285 e 319, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 21 de Março de 2013. Eu, Marcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.

Luiz de Franca Belchior Silva  
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital

**Informações de Publicação**

<b>Edição</b>	<b>Disponibilização</b>	<b>Publicação</b>
77/2013	25/04/2013 às 10:53	26/04/2013

## *Programa do CNJ facilita o reconhecimento de paternidade*

Criado em 2010, o Programa Pai Presente, da Corregedoria Nacional de Justiça, já permitiu que mais de 22 mil homens reconhecessem, mesmo que de forma tardia, a paternidade de seus filhos. Organizado em parceria com os tribunais de Justiça de diversos estados, o programa estimula os pais a assumir a responsabilidade por suas crianças.

Em três anos, já foram emitidas 228 mil notificações, com a instauração de 28 mil processos para reconhecimento de paternidade e a organização de três mil exames de DNA. No total, o Programa Pai Presente promoveu 22,8 mil audiências, sempre com o objetivo de garantir o registro paterno às crianças e jovens que não contam com tal informação na certidão de nascimento.

Criado a partir do Provimento 12 da Corregedoria Nacional de Justiça, o programa foi aperfeiçoado com o Provimento 16. Editado em fevereiro do ano passado, o texto permite que pais e mães abram o processo de reconhecimento de paternidade em qualquer cartório de registro civil.

No caso das mães e de filhos maiores de 18 anos, basta indicar o nome do possível pai no cartório. O mesmo vale para homens que, tardiamente, querem reconhecer a paternidade de alguma criança. A medida incentivou juízes a aumentar esforços na busca dos pais de crianças que não foram registradas e foi engrossada por outros órgãos. O Tribunal de Justiça do Pará e o TJ do Mato Grosso, por exemplo, aderiram ao Programa Pai Presente. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.